

ATA DA 38ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO DE PROCEDIMENTOS, AÇÕES DE OUTORGA E AÇÕES REGULADORAS, REALIZADA EM BRASÍLIA/DF

Local: Mini-auditório da SRH, SGAN Q 601, Lote 1, Ed. Sede da CODEVASF, 4º andar Brasília/DF. CEP: 70830-901.

Data: 27 de outubro de 2004

Início: 09h36

Término: 16h50

PARTICIPANTES CTPOAR:

Ministério do Meio Ambiente - SRH: Roberto A. Monteiro (roberto.monteiro@mma.gov.br)
Ministério do Meio Ambiente – ANA: Leonardo Mitre Alvim de Castro (mitre@ana.gov.br)
Ministério dos Transportes: Fred Crawford Prado (fred.crawford@transportes.gov.br)
Ministério das Cidades: João Carlos Machado (joaocarlos.machado@cidades.gov.br)
Ministério da Integração Nacional: Fernando Cabral (fernando.cabral@integracao.gov.br)
Ministério das Minas e Energia: Carlos R. da Costa (carlosrodrigues@dnpm.gov.br)
Ministério da Saúde: (ausência)
Conselhos Estaduais MG/ES: Marcelo Garcia M. Diniz (marcelo.diniz@igam.mg.gov.br)
Conselhos Estaduais SP/RJ: Leila de Carvalho Gomes (lgomes@sp.gov.br)
Conselhos Estaduais PR/MT: Norberto Ramon (ramon@pr.gov.br)
Conselhos Estaduais CE/BA: (ausência)
Conselhos Estaduais RN/AL: Carlos Alberto Martins (cmartins@rn.gov.br)
Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: (ausência)
Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário: Walder Suriani (aesbe@aesbe.org.br)
Portuários e Hidroviários: (ausência)
Indústria: Reginaldo Gomes (rgomes@ambigeo.com.br)
Comitês, Consórcios e Associações htermunicipais de Bacias Hidrográficas: Augusto de Araújo Almeida Netto (augusto@meiaponte.org)

CONVIDADOS:

Maria Lorenzza Pinheiro Leite – SECTMA/PE – (lorenzza@sectma.pe.gov.br)
Ivanosca Rocha Miranda – IDEMA/RN – (ivanosca@rn.gov.br)
Sandra Ferraz de Sá Wanderley – SECTMA/PE – (sandraferraz@sectma.pe.gov.br)
Maria Anelise Araújo Maia – IDEMA/RN – (anelise@rn.gov.br)
Rosa Helena de O. Martins – CETESB/SP – (rosam@cetesb.sp.gov.br)
José Augusto Monteiro Esteves – MT – (jose.esteves@transportes.com.br)
Dário Moraes de Almeida – DNPM/SC – (dario.almeida@dnpm.gov.br)
Maria de Lourdes Pereira dos Santos – CVRD – (maria.lourdes.santos@cvrd.com.br)
Rosa Mariette O. Geissler – IPAAM/AM – (geissler@ipaam.br rmgeissler@yahoo.com.br)
Célia Regina Buono Palis Poeta – SMA/SP – (celiap@cetesb.sp.gov.br)

RELATORIA CTPOAR:

Raquel Scalia Alves Ferreira (raquel.scalia@cnrh-srh.gov.br)

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

Às 09h36 do dia 27 de outubro do ano de dois mil e quatro, sob a presidência da Sra. Leila de Carvalho Gomes (DAEE/SP), procedeu-se à abertura da 38ª Reunião da Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras - CTPOAR, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH. A Presidente da CTPOAR agradeceu a presença, desejou um bom dia de trabalho e passou diretamente para o item II da pauta. **Item 2** – Aprovação da Ata da 37ª Reunião da CTPOAR. A ata foi aprovada sem modificações. **Item 3** – Relato sobre o andamento dos trabalhos do GT Integração dos Procedimentos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos e de Licenciamento Ambiental. A Sra. Célia Poeta (SMA/SP), coordenadora do GT, informou sobre a conclusão da proposta de resolução que dispõe sobre a integração de

57 procedimentos da Outorga de Uso de Recursos Hídricos com o Licenciamento Ambiental.
58 Ressaltou a participação ativa dos membros do GT que contou com a presença dos
59 Estados RS, PR, MT, DF, TO, SP, MG, RN, PE, AM, RO, BA, que proporcionaram maior
60 legitimidade ao processo de elaboração da proposta de resolução e ampliaram os
61 conhecimentos sobre as peculiaridades existentes nos estados. Comentou a eficácia do
62 GT que finalizou sua missão em 5 reuniões. A Sra. Leila lembrou da participação conjunta
63 dos órgãos de meio ambiente e de recursos hídricos neste grupo que foi uma experiência
64 produtiva. A Sra. Célia continuou comentando o quanto essas participações foram
65 indutivas junto ao estabelecimento de processos de integração nos estados. Lembrou a
66 importância da última reunião que demonstrou o quanto o texto estaria condizente com o
67 pensamento dos participantes; lamentou a ausência do IBAMA durante as discussões,
68 que só se fez presente uma única reunião, apesar dos convites para participação em
69 todas as reuniões e lembrou a participação do CONAMA nas duas últimas reuniões.
70 Finalizando agradeceu a dedicação e contribuições de todos que participaram do GT, das
71 contribuições encaminhadas por e-mail e solicitou a presença dos membros do GT nas
72 próximas reuniões da CTPOAR onde o assunto será apreciado, para defesa da matéria. A
73 Sra. Leila parabenizou os participantes do GT pelo trabalho desenvolvido e comentou
74 sobre a satisfação quando acontece a participação dos estados. Comentou sobre a
75 consulta que fizera ao MMA quanto à publicação da proposta de resolução, já que o
76 assunto envolveriam dois Conselhos. Lembrou a existência de resoluções do CONAMA
77 que somente apontam momentos que afetam o gerenciamento de recursos hídricos, ou
78 seja, os momentos de sua manifestação quanto a outorga, e que a proposta em questão
79 faria o mesmo quanto ao licenciamento ambiental. Informou que os juristas por ela
80 consultados disseram não haver problemas quanto à resolução ser do CNRH. Comentou
81 que em conversa com o Sr. Volnei do Departamento de Articulação Institucional –
82 DAI/MMA, este informou que a Ministra possui todo o interesse nesse tema, que está na
83 pauta do MMA, e que esta proposta de resolução sobre integração estaria demonstrando
84 a necessidade de uma agenda comum entre os Conselhos. Comentou também que, para
85 diminuir rumores, o DAI/MMA estaria articulando com o CONAMA e outras Secretarias
86 para que haja a aceitação e a replicabilidade da proposta de resolução. Ficou acordada a
87 apreciação da proposta de resolução para a próxima reunião. Passou-se para o item 5 da
88 pauta, por ser pertinente à participação do Sr. Dário para a discussão do item 4. **Item 5**
89 – Assuntos Gerais. A Sra. Leila comentou sobre o encaminhamento realizado pela CTCT à
90 CTPOAR, referente a uma consulta sobre outorga para reúso. Como o encaminhamento
91 foi realizado no dia 25/10, os membros da CTPOAR não o receberam em tempo hábil
92 para análise, e assim solicitaram que o assunto fosse discutido na próxima reunião da
93 CTPOAR. Foi comentado que a CTAS também recebeu uma consulta onde foi abordada a
94 recarga artificial de aquíferos, a qual manifestou-se contrária a essa ação. Comentou
95 também sobre a solicitação feita pela CTPOAR à CTIL, referente a análise dos artigos do
96 PL 1616 que tratam sobre outorga, o que foi acatado pela CTIL, assim ficando o assunto
97 também para apreciação na próxima reunião. Diante das demandas, acordou-se uma
98 reunião de dois dias, provavelmente nos dias 23 e 24/11, já sendo a última reunião do
99 ano de 2004. **Item 4** – Continuação da análise, (Versão 02), da proposta de resolução
100 que estabelece diretrizes para o Plano de Utilização da Água na Mineração, conforme
101 previsto na Resolução CNRH nº 29 de 11 de dezembro de 2002. A Sra. Leila iniciou a
102 discussão do tema informando a existência de duas versões da proposta de resolução, a
103 Versão 02 da CTPOAR e a denominada Versão 03 do IBRAM e que ambas não teriam sido
104 totalmente apreciadas no âmbito da CTPOAR. Informou que para uma melhor análise,
105 legitimidade e conhecimento sobre procedimentos utilizados foram convidados os
106 representantes dos estados que participaram do GT Integração, para contribuírem com
107 essa proposta de resolução. Comentou a dificuldade para definição de portes e sua
108 correlação com o impacto que o empreendimento causa nos recursos hídricos. Lembrou
109 da dificuldade que o GT Plano teve para buscar o consenso quanto à definição de portes,
110 o que motivou a vinda da discussão para a CTPOAR. Apontou que, na proposta do
111 IBRAM, deveriam ser observadas as restrições por eles apresentadas. Ponderou sobre os
112 empreendimentos considerados de pequeno porte para mineração, mas que pelo
113 quantitativo de vazão poderiam ser considerado de grande porte, a partir das

características hidrográficas da bacia em que se encontra o empreendimento. Aberta a palavra, o Sr. Marcelo (CERH/MG) comentou sobre a definição de portes questionando se os empreendimentos de grande porte seriam as minerações que possuísem barragens de rejeito e rebaixamento de nível de água ou se somente seria verificada a vazão outorgada. A Sra. Leila questionou o Sr. Marcelo sobre os critérios utilizados pelo IGAM para outorga em bacias críticas. O Sr. Marcelo respondeu informando que o balanço hídrico seria feito para a definição do porte do uso, não considerando a vazão e sim as estruturas do empreendimento. O Sr. Norberto (CERH/PR) informou que o critério utilizado na SUDERHSA seria da máxima vazão outorgável. A Sra. Maria Lorenzza (SECTMA/PE) disse que em seu estado não ocorre tratamento diferenciado para empreendimentos minerários, considerando o reduzido número de empreendimentos existentes. Para complementação a Sra. Leila questionou a todos os representantes de órgãos de recursos hídricos se os mesmos utilizavam critérios para a classificação de porte e todos responderam que não. O Sr. Fred (MT) questionou a possibilidade da modificação do texto da Resolução CNRH nº 29/2002. Comentou sobre as questões relacionadas ao porte, já que o termo porte se encontraria citado na resolução em forma de apostrofo, e como no seu entendimento todo apostrofo em uma frase seria desnecessário, sendo sua função somente de enfatizar, sugeriu que não fossem definidos os portes. O Sr. Reginaldo (Indústria) externou suas preocupações quanto à possibilidade de se conseguir colocar limites que estejam realmente vinculados à atividade; quanto a demanda de água da mineração que melhor se encaixaria para o pequeno porte, pois considera que para médio e grande porte isso não seria um problema. O Sr. Carlos (CERH/RN) afirmou ser muito complicada a definição de portes devido às realidades diferentes existentes no país. Propôs para as definições de porte que os estados comessem a definir os portes dos empreendimentos juntamente com o órgão ambiental e o DNPM; assim seriam verificadas as peculiaridades locais e com isso estariam sendo utilizados os parâmetros do DNPM para a definição de porte, que na sua opinião possui uma visão mais completa dos empreendimentos minerários quanto aos recursos hídricos e o meio ambiente. O Sr. Leonardo (ANA) disse ser impossível a definição de porte para todo o país e lembrou dos casos referentes a rios intermitentes. Mencionou que a preocupação do setor indústria, quando da confecção da resolução CNRH nº 29/2002 era de normatizar a documentação final a ser entregue no órgão outorgante. Assim, disse acreditar que a maneira de definir esses documentos seria de vincular para cada finalidade e porte os estudos e documentos necessários para o protocolo de um processo de outorga. Com esta intenção não seria necessária a definição de portes e sim justificativas para as vazões solicitadas e as estruturas. Apontou que, após a análise dos estudos necessários, a CTPOAR poderia concluir ou não pela definição dos portes. O Sr. Marcelo solicitou a palavra para retificar sua fala, assim informando que durante a análise de pedido de outorga o IGAM analisa também a situação de escassez da bacia. O Sr. Norberto comentou sobre a necessidade de definição do porte para posterior indicação dos estudos necessários. Disse acreditar ser necessária uma diretriz geral do que sejam as estruturas dos empreendimentos conforme a classificação do porte e isso seria uma tentativa mínima, pois em bacias que possuem conflitos serão necessários estudos mais completos. Finalizando sugeriu que na proposta de resolução fossem definidas orientações básicas e que os estados complementassem, quando necessário. O Sr. Fred disse que a definição de porte seria dispensável e sugeriu que o estudo hidrológico não fosse realizado pelo empreendedor. A Sra. Leila comentou estar havendo duas linhas de pensamento. 1 – a partir de uma documentação (média) partir-se-ia para uma definição de porte em relação ao impacto. 2 – classificação do porte a partir do impacto. Complementando, o Sr. Fred disse existir uma terceira linha de pensamento sendo, finalidade do porte somente para a descrição. Então a Sra. Leila comentou 3 – a proposta de resolução como uma diretriz geral do que efetivamente seria o plano. O Sr. Leonardo disse apoiar a proposta do Ministério dos Transportes visando a normatização de documentos e estudos e posteriormente verificar a necessidade de se definir os portes. O Sr. Dário (DNPM) esclareceu que o DNPM não define porte e sim os estudos necessários para o plano de aproveitamento econômico. Sugeriu que a CTPOAR estabelecesse os documentos básicos e posteriormente fosse verificada a necessidade de

documentos complementares. A Sra. Leila consultou os membros da CTPOAR quanto a análise das propostas de resolução, sendo a versão 02 da CTPOAR e a versão 03 do IBRAM. Após consulta, foi iniciada a leitura da versão 02 da CTPOAR. Abertos os comentários o Sr. Fred sugeriu a inserção nos “considerandos” da nova resolução, do caráter meramente enfático do porte e da finalidade do empreendimento minerário, na Resolução CNRH n.º 29/2002. O Sr. Leonardo explicou suas sugestões para os incisos do art. 3º. A Sra. Rosa (CETESB), diante dos incisos do art. 3º, ressaltou a necessidade de não se perder o vínculo com o quantitativo da vazão da outorga. A Sra. Leila também lembrou da obrigatoriedade do monitoramento de vazão. Foi acatado por todos que as definições e nomenclaturas fossem idênticas as existentes na Resolução CNRH nº 16. Aproveitando a presença dos órgãos ambientais estaduais a Sra. Leila questionou-os quanto ao art. 3º da versão 02 da CTPOAR, que todos contribuíram informando os procedimentos realizados em seus estados. Referente às questões de qualidade da água, cuja responsabilidade está nos órgãos ambientais, que não são os responsáveis pela outorga, a Sra. Rosa comentou sobre a necessidade de identificação e classificação do assunto, devendo ser explicitadas as desconformidades, com relação ao enquadramento do corpo receptor e dos padrões de efluentes no Plano de Utilização da Água. A Sra. Leila lembrou das preocupações relacionadas à qualidade das águas do corpo hídrico receptor e do solo, e o Sr. Fred lembrou dos problemas relacionados a cunha salina. Nesse momento a Sra. Maria de Lourdes (CVRD) questionou sobre o momento em que a proposta de resolução versão 3 IBRAM poderia ser apresentada. A Sra. Leila respondeu lembrando que, no início da discussão desse item de pauta, os membros da CTPOAR foram consultados e decidiram pela apreciação da versão 02 da CTPOAR, mas que seria sempre traçado um paralelo com a versão 3 IBRAM, que necessitava de esclarecimentos quanto a definição de portes. Complementando o Sr. Leonardo indicou que estavam sendo analisadas as duas versões, sendo o foco da discussão o art. 3º da versão 2 da CTPOAR, correspondente ao art. 5º da versão 3 do IBRAM. A Sra. Rosa esclareceu que a definição de porte estava entrando a discussão, assim passou-se para a definição dos estudos, o que seria comum ao texto das duas propostas de resolução. A Sra. Maria de Lourdes reelaborou sua pergunta e questionou se a CTPOAR iria repassar todo o texto da versão 3 do IBRAM, durante a presente reunião. Tentando responder a Sra. Leila disse que a análise do art. 3º da versão 2 da CTPOAR e do art. 5º da versão 3 do IBRAM teria a intenção de clarear a discussão sobre o porte, sendo este definido no art. 2º da versão 3 do IBRAM. A Sra. Raquel (SRH/MMA) lembrou que oficialmente a versão 03 do IBRAM não foi distribuída por e-mail como documento complementar para a 38ª Reunião da CTPOAR, mas que a mesma foi distribuída como documento complementar para a 37ª Reunião da CTPOAR, reunião essa em que não ocorreu discussão sobre esse item de pauta, ficando para a próxima reunião, ou seja, a 38ª, onde estavam discutindo, em paralelo, as duas versões. Ressaltou que mesmo não tendo sido disponibilizada por e-mail, a mesma foi distribuída em mídia impressa, no local da reunião. A Sra. Maria de Lourdes ponderou que seu questionamento se referiu ao texto em si da versão 3 do IBRAM e não sobre definição de porte de empreendimento que está na versão 3 do IBRAM, que apresenta a visão dos mineradores. Finalizando solicitou que essa proposta do IBRAM fosse considerada para a próxima reunião. O intervalo para o almoço ocorreu das 12:30 às 14:35h. A Sra. Leila reiniciou a reunião continuando a análise do tema Plano de Utilização da Água na Mineração, buscando entendimento quanto à definição de portes. A Sra. Maria de Lourdes ponderou que a definição dos portes deveria ser em termos da complexidade do empreendimento, em termos de estruturas voltadas para o uso da água, e lembrou que determinados empreendimentos, conforme a classificação de seu porte, estariam sujeitos a outorga e poderiam não necessitar de elaboração do Plano, devido à baixa complexidade de suas estruturas. A Sra. Rosa comentou sobre a necessidade da atividade mineraria ser contextualizada na bacia hidrográfica, e de estar no Plano Nacional de Recursos Hídricos e no plano da bacia. A Sra. Célia ponderou sobre as diferentes visões existentes, ou seja, porte dizer respeito ao uso e não à consequência do uso. A Sra. Maria de Lourdes fez uma analogia entre a classificação dos portes, conjugada com a necessidade do Plano de Utilização de Água, e os diferentes estudos solicitados pelos órgãos ambientais, sendo que, conforme o porte do empreendimento,

solicita-se o Relatório de Controle Ambiental (RCA) para empreendimentos menores e o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) para empreendimentos maiores. A Sra. Ivanosca (IDEMA/RN) lembrou do cuidado ao listar os estudos para que não ocorra confusão entre os papéis dos órgãos de recursos hídricos e de meio ambiente. O Sr. Leonardo comentou que o Plano deveria ser um relatório técnico para subsidiar a outorga, sendo indicado até para pequenos empreendimentos, desde que fossem definidos os estudos. Caso isto não ocorresse, o órgão de recursos hídricos poderia solicitar qualquer estudo sem justificativas, sendo este o temor do empreendedor. O Sr. Carlos lembrou que o Plano não poderia envolver estudos relativos ao meio ambiente e que deveria existir bom senso quanto à análise dos pequenos empreendimentos, e que se deveria ter cuidado para que o órgão outorgante não solicitasse estudos desnecessários ou fora da sua área de competência. Opinou que o órgão outorgante deveria ter conhecimento de todas as bacias hidrográficas, considerando até a necessidade de planejamento num horizonte de 20 anos. A Sra. Maria de Lourdes lembrou que a reserva de disponibilidade hídrica é uma forma de planejamento, e que é necessária uma garantia para a mineração, considerando-se o planejamento de longo prazo inerente a esta atividade, assim como o fator "rigidez locacional". O Sr. Norberto ponderou que os órgãos outorgantes não poderiam emitir outorgas para daqui a 20 anos. Diante dos comentários a Sra. Rosa lembrou da importância dos planos de bacia e a sua contextualização. O Sr. Roberto (SRH/MMA) comentou que o Plano de Utilização da Água seria verdadeiramente o planejamento estratégico e que deveria compor o plano de bacia. A Sra. Leila disse que seria muito bom para o empreendedor se o órgão outorgante pudesse garantir a outorga no horizonte de 20 anos, mas isso não seria possível, pois o comitê de bacia pode modificar a prioridade do uso da água da bacia. A Sra. Maria de Lourdes questionou até onde poderia ser dada prioridade à mineração, considerando que a pesquisa e a lavra de recursos minerais são concedidas no interesse nacional, conforme a Constituição. O Sr. Roberto lembrou que o abastecimento público é prioridade na Constituição, bem como a manutenção da vida. A Sra. Leila disse que a reserva de água definida no ato da outorga é uma garantia frágil por conta dos conflitos com o abastecimento público. Após as discussões a Sra. Maria de Lourdes informou que seria revista a proposta do IBRAM, a partir de uma nova discussão com o setor minerário. Assim a Sra. Leila solicitou que o estado de Minas Gerais, que possui experiência com o tema, também contribuisse. Dessa forma, ficou acordada uma reunião em Minas Gerais, com a presença da ANA, do IGAM, do setor minerário, da SRH e demais interessados para discussão específica sobre a proposta do IBRAM e os anseios do setor minerário quanto ao Plano de Utilização da Água. A Sra. Leila encerrou os trabalhos da 38ª Reunião da CTPOAR às 16h50 agradecendo a presença de todos, ratificando a necessidade de participação para análise da proposta de resolução do Plano de Utilização da Água na Mineração e a data da próxima e última reunião de 2004 para os dias 23 e 24 de novembro, sendo de dois dias devido aos assuntos em pauta na CTPOAR.

Ata aprovada na 39ª reunião, realizada em 24 de novembro de 2004.

LEILA DE CARVALHO GOMES
Presidente

RAQUEL SCALIA ALVES FERREIRA
Relatora